



OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO N° 58 >>>

www.observatoriobr319.org.br



NESTA EDIÇÃO

CAPÍTULO

Subcapítulo

A cor do capítulo e seta indicam onde você se encontra.

A cor da seta indica em qual subcapítulo você se encontra.

1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

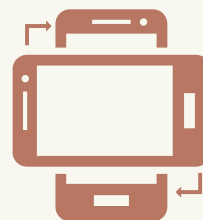
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Quatro municípios da BR-319 concentram mais da metade da extração ilegal de madeira no Amazonas

8 Interior em Foco

- Curso de Inclusão Digital e Geotecnologias capacita jovens para monitoramento ambiental na região da BR-319

10 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

15 Diálogos da BR-319

- TRF-1 nega pedido da AGU e mantém suspensão da licença prévia do trecho do meio da BR-319

17 Ciência

- Secas e cheias na Amazônia: o futuro de um bioma sob pressão

19 Minuto BR



Editorial

Desde 2017, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

É com grande satisfação e senso de responsabilidade que me apresento a vocês nesta edição.

Assumir a função de secretário executivo desta rede é, para mim, uma oportunidade valiosa de me reconectar com a temática da BR-319, que tanto me sensibiliza. Ao mesmo tempo, reconheço a responsabilidade de lidar com a complexidade das questões que cercam a estrada, especialmente no que diz respeito à preservação de toda forma de vida presente na região – um dos principais focos da nossa rede.

Antes de mais nada, gostaria de expressar meu profundo reconhecimento pela confiança depositada em mim e pela oportunidade proporcionada a todos os integrantes do OBR-319.

Agradeço também a todas as pessoas e organizações que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento desta iniciativa. Em especial, deixo meu reconhecimento à Fernanda Meirelles, minha antecessora, que a liderou com maestria e dedicação, trazendo-nos a este novo momento de transformação, crescimento e fortalecimento.

Peço, ainda, a benção aos espíritos da floresta para que iluminem meu caminho nesta nova jornada, para que eu possa contribuir com o avanço tanto do OBR-319 quanto da região do Interflúvio Madeira-Purus.

Nesta edição, destaco a contribuição do meteorologista Renato

Senna na seção de Ciência, onde ele traz uma análise aprofundada sobre as pressões sofridas pelo bioma amazônico e o impacto disso nos ciclos naturais de seca e cheia.

Nos monitoramentos, você poderá observar que, embora tenha havido uma ligeira redução no desmatamento em agosto, comparado ao mesmo período do ano passado, os focos de calor aumentaram de maneira preocupante, com destaque negativo para o município de Lábrea, que lidera em ambas as situações.

Na seção Diálogos da BR-319, abordamos os desdobramentos jurídicos relacionados à suspensão da licença prévia de repavimentação da BR-319, decisão emitida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O desenvolvimento técnico e cívico da nossa juventude é um desafio coletivo, e na seção Interior em Foco, apresentamos como o curso de geotecnologia e inclusão digital, que contou com a participação de jovens do Coletivo Jovens Comunicadores do Sul do Amazonas (Jocsam) e do grupo Jovens do Beiradão, tem sido uma ferramenta valiosa de cidadania e governança territorial.

Para finalizar, na seção Minuto BR, você encontrará atualizações sobre seca, queimadas, transporte de cargas e pontes, além de informações sobre o clima da região e as condições da BR-319.

Desejo a todos uma leitura proveitosa e informativa!

Marcelo da Silveira Rodrigues

Secretário Executivo do Observatório BR-319



NESTA EDIÇÃO

Destaque do Mês



Foto: Marizélia Cruppe / Greenpeace Brasil

Quatro municípios da região da BR-319 concentram mais da metade da extração ilegal de madeira no Amazonas

Os municípios de Canutama, Humaitá, Lábrea e Manicoré, situados na área de influência da rodovia BR-319, concentraram 57% de toda a madeira extraída ilegalmente no estado do Amazonas, entre agosto de 2022 e julho de 2023.

Foram 22.212 hectares (ha) de florestas exploradas de forma não autorizada ou sem a devida identificação de ilegalidade durante o período nesses quatro municípios, uma área equivalente a mais de 22 mil campos de futebol.



Foto: Marizilda Cruppe / Greenpeace Brasil

Os dados são do estudo “Monitoramento da degradação florestal no Interflúvio Madeira-Purus: análise da exploração madeireira”, produzido pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), organi-

zação que integra o Observatório BR-319. O foco do estudo foi a exploração madeireira, um dos principais agentes da degradação florestal na Amazônia, que resulta na perda de qualidade ambiental e/ou biodiversidade das florestas.

O levantamento analisou a área compreendida por 13 municípios do interflúvio Madeira-Purus, a partir de dados do Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex) e da plataforma Timberflow, do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), com aquisição e processamento digital de imagens de satélite executados no Google Earth Engine.



Foto: Reprodução



Foto: Marizilda Cruppe / Greenpeace Brasil

Conforme o mapeamento, entre agosto de 2022 e julho de 2023, um total de 50.037 ha de floresta foi explorado para extração de madeira no Amazonas. Destes, 36,8 mil ha (77%) foi explorado de forma ilegal, com os municípios de Lábrea, Manicoré e Boca do Acre liderando a exploração não autorizada.

Entre os municípios da área de influência da BR-319, Lábrea concentra 32% da extração ilegal de madeira de todo o Amazonas, o equivalente a 12.377,22 ha de floresta. Manicoré vem em segundo, com 7.239,31 ha (19%), seguido de Humaitá, com 1.387,37 ha explorados (4%) e Canutama, com 1.208,39 ha (3%).

“Os dados apresentados revelam que em todos os municípios mencionados, a extração ilegal de madeira é significativamente maior do que a extração legal. Isso indica um problema crítico de fiscalização e controle das atividades florestais no estado do Amazonas. Os dados apresentados reforçam a necessidade de políticas públicas mais eficazes para

combater a extração ilegal de madeira. Isso inclui a intensificação das ações de fiscalização, a promoção de alternativas econômicas sustentáveis para as comunidades locais e o fortalecimento das leis ambientais. É importante ressaltar que a degradação florestal contribui para a liberação de carbono armazenado nas árvores, exacerbando as mudanças climáticas”, diz trecho da nota técnica.

EXPLORAÇÃO MADEIREIRA EM ÁREAS PROTEGIDAS

O estudo também mostrou que a degradação florestal não atinge somente as Florestas Públicas Não Destinadas e propriedades privadas, mas também áreas protegidas como Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs). As TIs Jacareúba-Katawixi, Kaxarari e Tenharim-Marmelos, por

exemplo, somaram cerca de 8.170 ha de degradação no período analisado. Os Parques Nacionais (Parnas) Mappinguari e Campos Amazônicos – unidades de conservação integral onde a exploração madeireira é ilegal – apresentaram 1.736 ha de área florestal degradada.

Segundo a publicação, as informações da extração madeireira em áreas protegidas demonstram “a influência direta das estradas e ramais, na facilitação de acesso às áreas e a movimentação de maquinários e pessoas para auxiliar o processo de corte, separação e transporte de madeira oriunda das áreas identificadas”.

“É um cenário preocupante, principalmente pela exploração em Unidades de Conservação de proteção integral como os Parques Nacionais, além da grande quantidade de degradação em terras indígenas, isso reflete a falta de fiscalização na região Amazônica, aliada a falta de transparência dos processos de licenciamento que corroboram para o aumento da ilegalidade no estado”, afirma um dos autores da nota, Heitor Pinheiro, especialista em geoprocessamento e analista do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam).

O ESTUDO COMPLETO PODE SER ACESSADO EM:
<https://observatoriobr319.org.br/>





NESTA EDIÇÃO

Interior em Foco

Curso de Indusão Digital e Geotecnologias capacita jovens para monitoramento ambiental na região da BR-319

Nos dias 29 e 30 de agosto, o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam) realizou um curso inovador focado na capacitação de jovens sobre o uso de geotecnologias digitais para o monitoramento ambiental.

O evento teve como foco a área de influência da BR-319, uma das rodovias mais importantes e sensíveis ambientalmente da Amazônia brasileira, e contou com a participação de representantes do Coletivo Jovens Comunicadores do Sul do Amazonas (Jocsam) e do grupo Jovens do Beiradão, ambos atuantes em municípios e Áreas Protegidas da região.

“As habilidades adquiridas durante o curso, permitirão que os jovens de comunidades locais acompanhem com mais precisão as mudanças ambientais nos seus territórios, contribuindo para um desenvolvimento mais sustentável e uma maior proteção dos ecossistemas da região”, disse a líder da Iniciativa Estratégica de Governança Territorial do Idesam, Fernanda Meirelles. “É importante que



Foto: Izabel Santos / Idesam

Jovens do sul do Amazonas aprenderam a usar tecnologias acessíveis para monitoramento territorial.

eles protagonizem tudo o que está acontecendo nos seus territórios e consigam produzir informações e notícias, principalmente sobre desmatamento e focos de calor”, acrescentou.

O curso apresentou ferramentas práticas para o monitoramento de desmatamento, focos de calor e fumaça, entre as quais a plataforma Planet Scope e o site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que fornecem dados geoespaciais em tempo real.

“A nossa expectativa é que os jovens tenham condições de se apropriar do que acontece nos seus territórios, por meio de tecnologias inclusivas e acessíveis, e entender um pouco mais sobre a realidade do sul do Amazonas e do Interflúvio Madeira-Purus”, disse o analista do Idesam, Heitor Pinheiro.

O curso reforça o papel da juventude amazônica como agente transformador na luta contra o desmatamento e na defesa do meio ambiente, fortalecendo o protagonismo das comunidades locais. O curso foi criado em resposta a demandas dos próprios participantes, que buscam soluções para os desafios enfrentados em seus territórios. Além de aprofundar o conhecimento técnico, o curso também promoveu a troca de experiências entre os participantes, fortalecendo a rede de monitoramento ambiental comunitário.

A realização do curso contou com o apoio de importantes parceiros, como o Instituto Centro de Vida (ICV), a Fundação Betty e Gordon Moore, a Rede Floresta e a Iniciativa Norueguesa Internacional para o Clima e Florestas (NICFI).

Texto produzido em parceria com o Jocsam e Jovens do Beiradão.



Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento



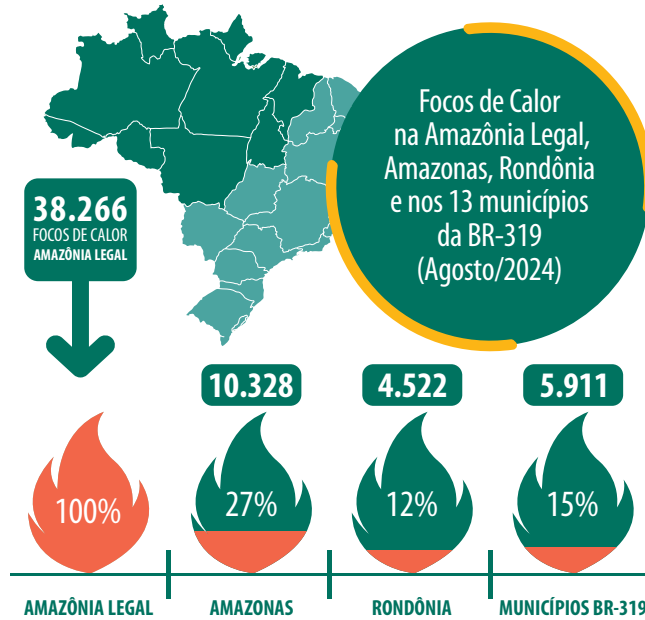
Monitoramento de Focos de Calor

Em agosto de 2024, a Amazônia Legal apresentou aumento de 83,5% no número de focos de calor em comparação com o mesmo mês de 2023, totalizando 38.266 focos registrados. Tanto o estado do Amazonas, quanto o de Rondônia acompanharam o crescimento, com aumento de 88% e 163%, respectivamente.

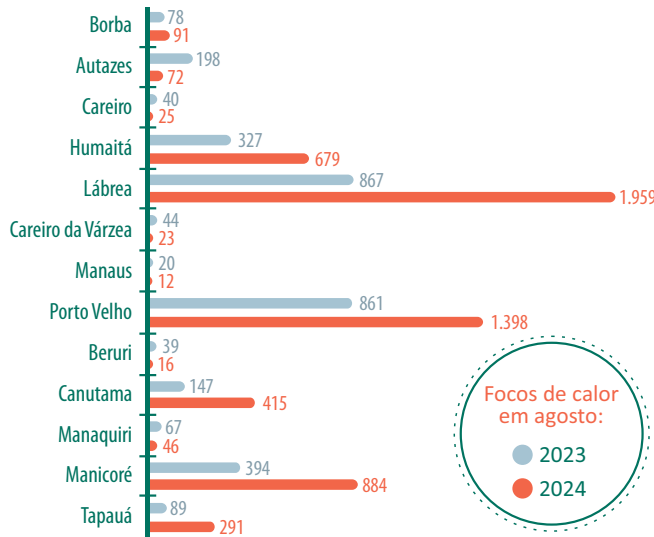
MUNICÍPIOS DA BR-319

No mês de agosto, o número de focos de calor teve aumento em relação ao mesmo mês de 2023, já registrando um número histórico em relação aos focos de calor. A maior concentração de focos de calor na região da BR-319 foi no município de Lábrea, com cerca de 1.959 focos, seguido por Porto Velho com 1.398 focos. Vale destacar aumentos significativos em municípios como Tapauá, com 227%; Canutama, com 182%; e Manicoré, com 124%. O agregado de focos nos 13 municípios chegou a 5.911 focos, o que representa um aumento de 86%.

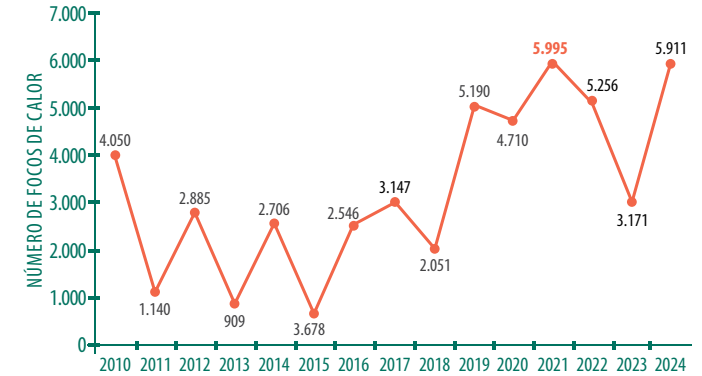
Noutro ponto, os municípios de Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Manaus, Beruri e Manaquiri, registraram diminuição no número de focos de calor. Porém, pelo baixo número total, não influenciou a tendência de aumento puxada pelos municípios com aumento.



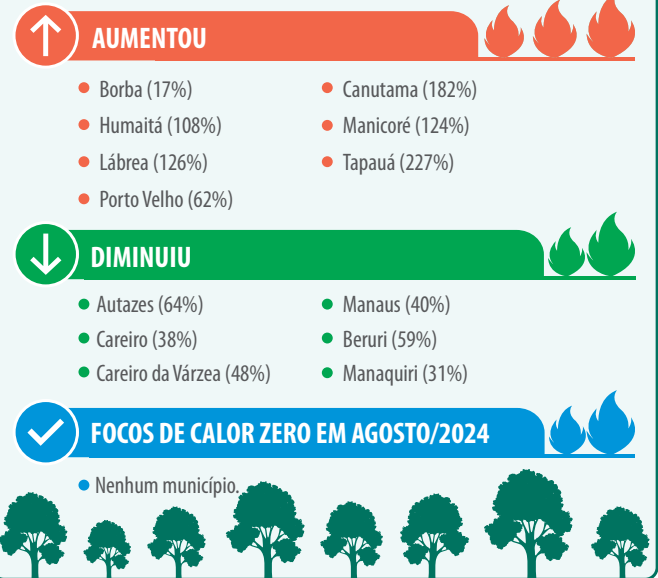
NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE AGOSTO (2010 A 2024)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A AGOSTO DE 2023





ÁREAS PROTEGIDAS

Nas Unidades de Conservação (UCs), 24 das 42 monitoradas apresentaram focos de calor no mês. O Parna dos Campos Amazônicos registrou de 105 focos de calor, um número expressivo levando em consideração o caráter de proteção integral no território, junto ao Parna Mapinguari, com 97 focos. Outras UC de proteção integral também foram afetadas, como as Flonas Balata-Tufari, Jacundá, Bom Futuro e do Iquiri.

Nas Terras Indígenas (TIs), 33 das 69 monitoradas apresentaram focos de calor no mês. As que representaram maior número foram: Tenharim Marmelos, com 53; Tenharim Marmelos (Gleba B), com 32 focos; Sepoti, 37 focos; e Apurinã km 124, com 22 focos.

48% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

57% DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

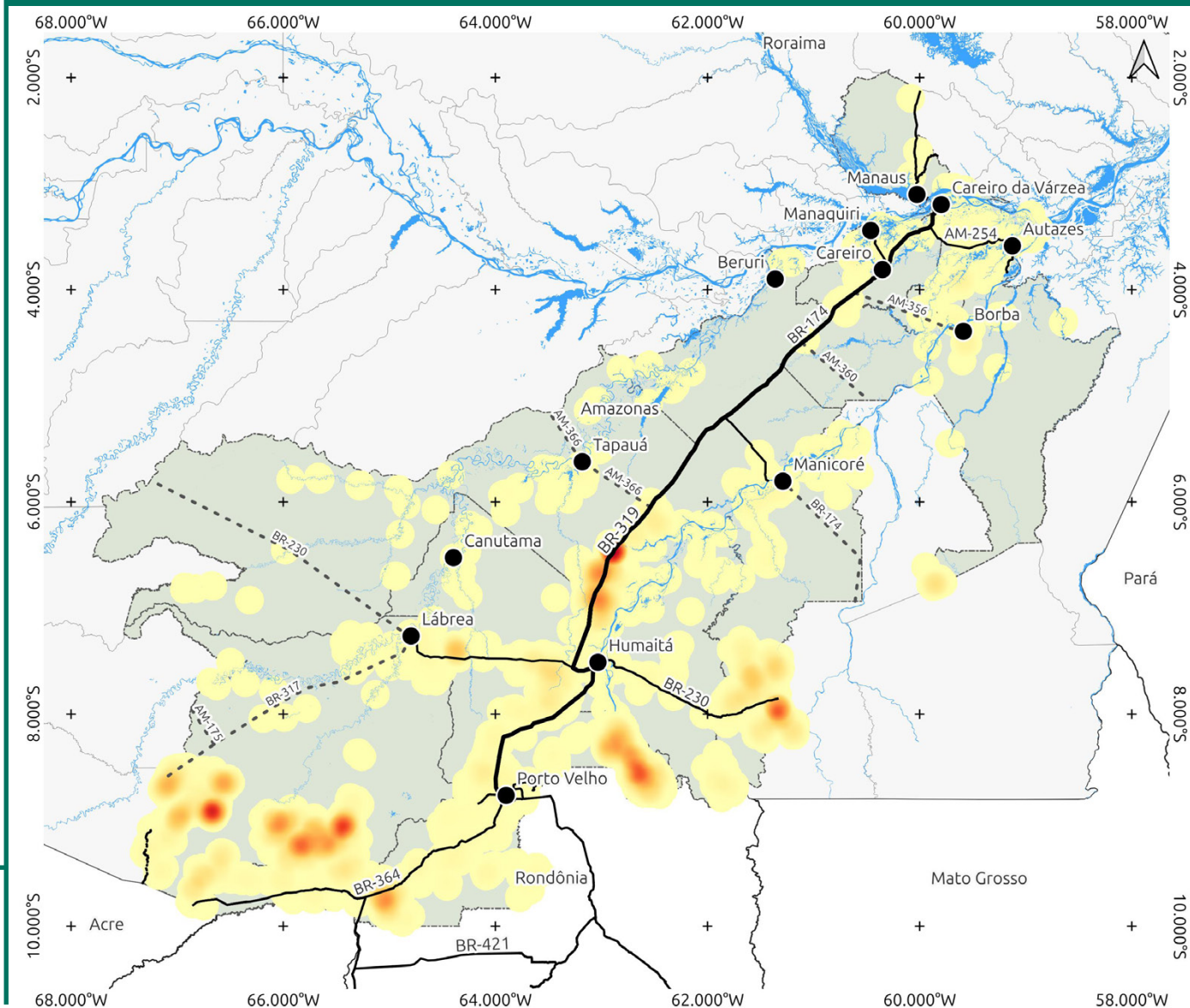
LISTA DE TIs MONITORADAS

LISTA DE UCs MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Agosto 2024





Monitoramento de Desmatamento

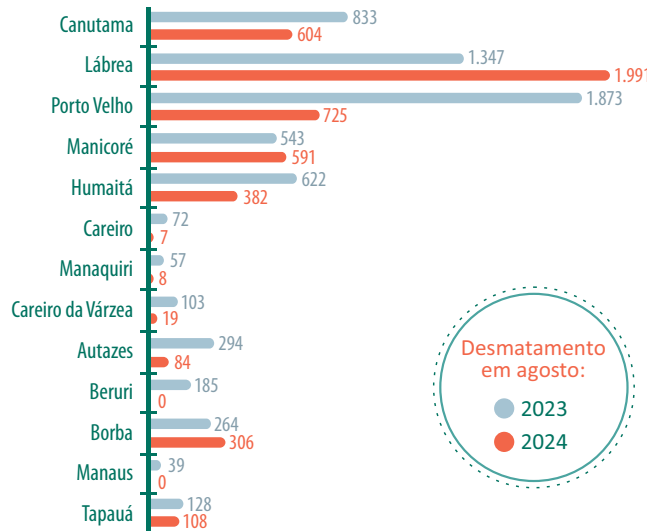
Em agosto de 2024, houve uma diminuição de aproximadamente 11% no desmatamento na Amazônia Legal em comparação ao mesmo mês de 2023. Esta diminuição foi acompanhada pelo estado de Rondônia, com 40% a menos que em agosto do ano passado. Já o Amazonas apresentou aumento de 4,98% em relação ao mesmo mês de 2023. Nos 13 municípios sob a influência da BR-319, observou-se uma diminuição de 24%, porém ainda com números expressivos de desmatamento para o mês, com 4.825 hectares (ha).

MUNICÍPIOS DA BR-319

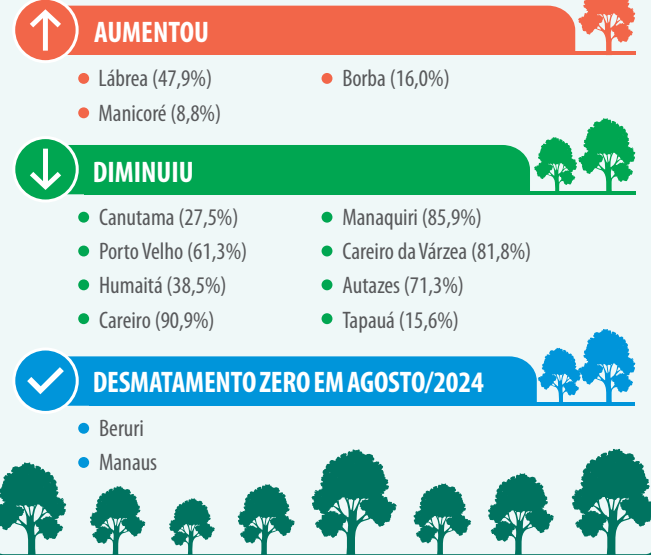
Em agosto de 2024, houve diminuição no desmatamento em 10 dos 13 municípios sob a influência da BR-319, que forma: Canutama, Manicoré, Humaitá, Careiro, Careiro da Várzea, Manaquiri, Autazes, Beruri, Manaus e Tapauá. Destaque para Beruri, com redução de 100% no desmatamento, saindo de 184 ha em agosto de 2023, para zero em 2024. Lábrea, Borba e Manicoré, seguem com aumento, com destaque para Lábrea com 47,9%, chegando a 1.991 ha de desmatamento em agosto de 2024.



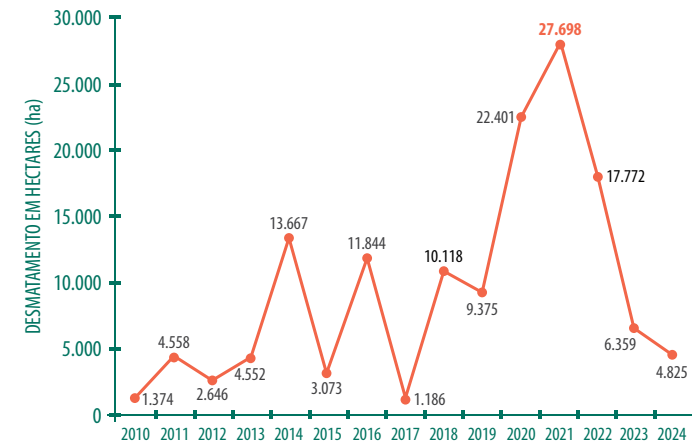
DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A AGOSTO DE 2023



DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE AGOSTO (2010 A 2024)





ÁREAS PROTEGIDAS

Nas Unidades de Conservação (UCs), quatro das 42 áreas monitoradas registraram desmatamento, com destaque para a Floresta Nacional (Flona) Jacundá e para a Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná, que resgistraram 11 ha de desmatamento cada. A Floresta de Rendimento Sustentado (Fers) do Rio Madeira (b) e o Parque Nacional (Parn) Campos Amazônicos também registraram desmatamento de 2,37 ha e 9,29 ha, respectivamente.

Nas Terras Indígenas (TIs), quatro das 69 áreas monitoradas apresentaram desmatamento. Destaque para as TIs Tenharim Marmelos (Gleba B), Sepoti e Deni, que registraram 82,6 ha, 41 ha e 10,3 ha, respectivamente.

6% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

10% DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

LISTA DE TIs MONITORADAS

LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

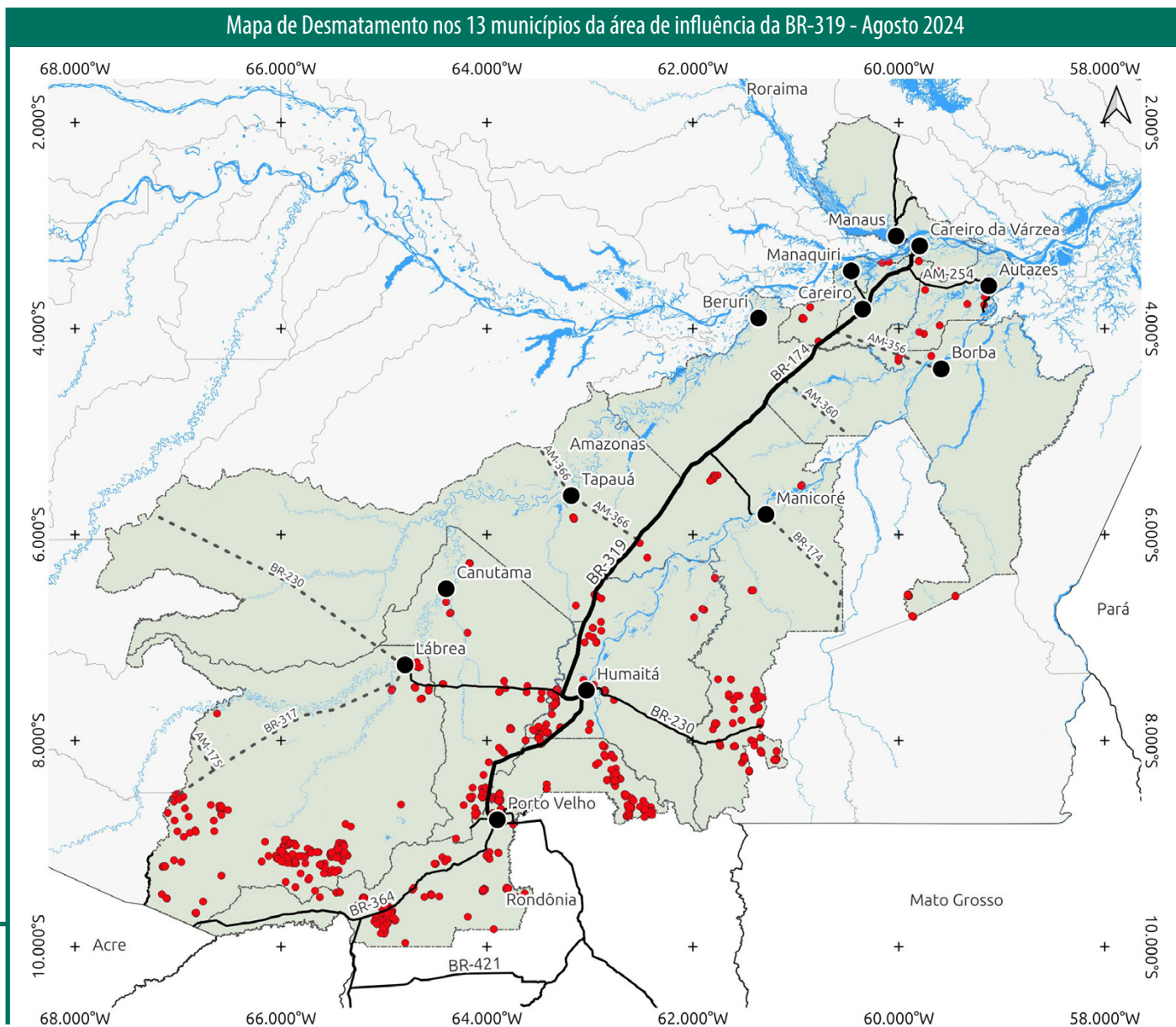




Foto: Arquivo/Idesat

Diálogos da BR-319

TRF-1 nega pedido da AGU e mantém suspensão da licença prévia do trecho do meio da BR-319

O desembargador João Batista Gomes Moreira, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), rejeitou o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para reverter a liminar que anulou a licença prévia do trecho do meio da BR-319.

A decisão, divulgada em 23 de setembro, ressaltou a importância do princípio constitucional da precaução em questões ambientais, apontando que é necessário agir com prudência quando há incertezas sobre os impactos de grandes empreendimentos. O magistrado observou que o maior risco à ordem pública não seria a paralisação das obras, mas sim a sua continuidade sem as salvaguardas ambientais adequadas.

Moreira também salientou a importância de consultar as comunidades indígenas potencialmente afetadas antes de avançar com as obras, conforme determina a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O desembargador ainda lembrou que os debates sobre a pavimentação da BR-319 vêm ocorrendo há anos, sendo a decisão de primeira instância moti-



Foto: Orlando K. Júnior/FAS

vada por preocupações legítimas, como o aumento do desmatamento e da degradação ambiental decorrentes do projeto.

Em 19 de agosto, a AGU, representando a União e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), apresentou recurso contra a decisão da 7ª Vara Federal Ambiental e Agrária

do Amazonas (SJAM), que anulou a licença prévia. No recurso, os procuradores Lúcia Penna Franco Ferreira e Flávio Cavalcanti de Medeiros alegaram que a decisão interferia nas atribuições do Poder Executivo e negligenciava o relatório do Grupo de Trabalho BR-319, elaborado pelo Ministério dos Transportes, além de desconsiderar o diálogo entre o Dnit e os órgãos ambientais envolvidos no licenciamento.

A AGU também argumentou que a suspensão da licença comprometeria o planejamento administrativo e operacional do poder público, visto que a licença prévia é apenas uma etapa preliminar que avalia a viabilidade ambiental da obra, sem representar riscos imediatos ao meio ambiente. A paralisação, ainda, resultaria em atrasos e prejuízos significativos para a execução do projeto.

A Justiça anulou a licença prévia do trecho do meio no último mês de julho em resposta a uma ação civil pública do Observatório do Clima. Além disso, determinou multa de R\$ 500 mil em caso de descumprimento da decisão.

Com informações do site [Amazonas Direito](#) e do [G1 Amazonas](#).



Ciência



Secas e cheias na Amazônia: o futuro de um bioma sob pressão

A Amazônia, maior bioma brasileiro e a mais biodiversa das florestas tropicais, enfrenta um futuro incerto.

Suas funções essenciais, como a regulação do clima e a geração de chuvas, estão sob ameaça devido às queimadas, desmatamentos e eventos climáticos extremos. A população deve esperar um agravamento das secas e das cheias no futuro.

Em 2024, as perspectivas de chuva são desanimadoras. Embora a transição entre as estações seca e chuvosa geralmente ocorra entre setembro e novembro, a situação atual é mais grave que em 2023, quando o rio Negro atingiu seu nível mais baixo da história. Os oceanos Atlântico e Pacífico, que influenciam diretamente as chuvas na região, estão em neutralidade, sem sinais de melhora significativa. Com isso, espera-se que os rios amazônicos continuem em regime de descida, agravando a seca.

Os oceanos têm papel crucial no comportamento climático. Em 2023, a combinação do El Niño e do aquecimento anormal do



Meteorologista Renato Senna, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI).

Atlântico contribuiu para a redução das chuvas. Essa diminuição afetou diretamente a recarga dos rios, levando a uma cheia de pequenas proporções e à atual seca severa. O impacto não é apenas ambiental, mas também social, afetando diretamente as comunidades e municípios, que enfrentam dificuldades com transporte, saúde e até acesso a água potável.

A frequência e a intensidade das secas e cheias aumentaram desde o início do século XXI, uma tendência que deve continuar, pois os eventos extremos serão cada vez mais comuns na região, o que exige uma adaptação tanto das populações locais quanto dos estudos científicos para compreender e mitigar esses fenômenos.

A fumaça das queimadas em Manaus, que nas últimas semanas comprometeu a qualidade do ar, também afeta o regime de chuvas, conforme estudos recentes. As partículas das queimadas tornam a atmosfera mais estável, dificultando a formação de nuvens de chuva e aumentando a incidência de raios solares no solo.

O Inpa, por meio de programas como o LBA e o projeto AmazonFACE, tem gerado dados fundamentais para entender os impactos das mudanças climáticas na Amazônia. Esses estudos ajudam a prever e mitigar os efeitos de eventos extremos, não apenas para a região, mas para o planeta. A Amazônia enfrenta um futuro desafiador com a intensificação das secas e cheias. As pesquisas científicas são cruciais para entender essa nova realidade e buscar soluções sustentáveis.

*Texto adaptado de **entrevista do meteorologista Renato Senna** enviada à imprensa pela Assessoria de Comunicação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).*



Minuto BR



SECA



A Hidrelétrica de Santo Antônio, localizada no Rio Madeira, Rondônia, precisou paralisar parte de suas turbinas devido à seca histórica que afeta a região. A baixa do rio compromete a geração de energia e destaca os efeitos das mudanças climáticas na Amazônia. A **paralisação pode impactar a distribuição de energia**, refletindo a gravidade da situação. Autoridades estão monitorando o cenário e a previsão de chuvas pode trazer alívio nos próximos meses.



FOGO



Uma **brigada indígena voluntária**, formada por 23 membros do povo Apurinã, foi criada para proteger agroflorestas na Terra Indígena Caititu, no sul do Amazonas, contra queimadas ilegais. A brigada, implementada com apoio do projeto Raízes do Purus, da Opan, já combateu 22 focos de incêndio, preservando as plantações que são essenciais para a subsistência e segurança alimentar das comunidades. A ação tem sido crucial para minimizar os impactos das queimadas na região.



Foto: Arquivo / Itesam

CARGAS



Após protestos e manifestações de diversos setores da sociedade, o **Dnit liberou a circulação de veículos pesados na BR-319** devido à seca severa no Amazonas, suspendendo o limite de 23 toneladas imposto durante o período chuvoso. A medida visa garantir o transporte de insumos e mercadorias essenciais, já que as hidrovias estão afetadas pela estiagem. Aqueles que defendem a medida argumentam que a rodovia é crucial para manter o abastecimento no estado, com reforço no uso de balsas e apoio do terminal de Itacoatiara.

PONTES



A resolução sobre o desabamento da ponte no rio Curuçá, na BR-319, que matou cinco pessoas em 2022, está atrasada devido à pendência de dois laudos. Um deles, crucial para as investigações, deve ser entregue até 20 de setembro, segundo a Polícia Técnico-Científica. Os familiares das vítimas planejam uma manifestação se os prazos não forem cumpridos. O Dnit também está atrasado na entrega de seu relatório.

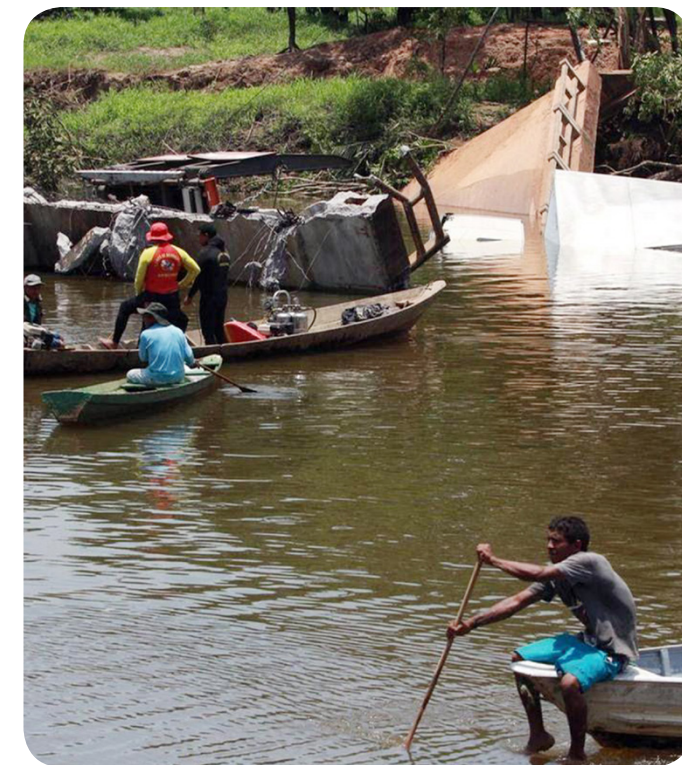


Foto: Junio Matos



Expediente

Coordenação // Marcelo da Silveira Rodrigues

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Heitor Paulo Pinheiro (Idesam)

Análises e Textos // Heitor Paulo Pinheiro (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Heitor Paulo Pinheiro (Idesam)

Revisão // Fernanda Meirelles e Heitor Paulo Pinheiro (Idesam),

Emanuelle Araújo (Up Comunicação Inteligente)

Coordenação de Divulgação // Izabel Santos (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

FINANCIAMENTO:

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL



**TRANSPARÊNCIA
INTERNACIONAL**
Brasil



GREENPEACE

